

Luta territorial Xavante na Terra Indígena Pimentel Barbosa/MT: a cartografia como instrumento geográfico de análise e auxílio ao monitoramento

Trabalho apresentado na 34ª Reunião Brasileira de Antropologia (Ano: 2024)

Isabella Coelho de Oliveira (Unicamp/São Paulo)¹

RESUMO

A Terra Indígena (TI) Xavante Pimentel Barbosa, localizada no leste mato-grossense, majoritariamente nos municípios de Canarana e Ribeirão Cascalheira, foi homologada em 1986, o que garantiu legalmente a segurança territorial da etnia. Sabe-se, entretanto, que o contexto histórico de ocupação da região envolveu políticas governamentais de interiorização, favoráveis à implantação no centro-oeste brasileiro de grandes fazendas agropecuárias, além de outras atividades exploratórias secundárias, que permanecem e se ampliam hoje. Em meio a interesses opostos, onde os indígenas intencionalmente mantêm a territorialidade para reprodução de um modo de vida particular, enquanto os grandes proprietários objetivam crescer economicamente por meio da mercantilização da terra, as ameaças aos limites da TI têm sido constantes, apontamentos feitos por lideranças Xavante locais. A cartografia, como instrumento geográfico, busca, neste sentido, dar suporte ao importante monitoramento para a preservação das áreas reservadas. Tendo conhecimento de dados sobre uso e ocupação, valendo-se da interpretação de imagens de satélite e outras atividades envolvendo recuperação de dados e aplicação de geotecnologias, acredita-se ser possível realizar uma análise situacional recente delimitando áreas de conflito, motivações e principais sujeitos envolvidos, tendo como base, a literatura temática produzida até o momento.

Palavras-chave: Xavante; Território; Cartografia;

INTRODUÇÃO

Acreditando ser o espaço uma “acumulação desigual de tempos” (Santos, 1986), o contexto atual da TI Pimentel Barbosa é resultante de processos históricos. Posterior à colonização portuguesa, que deu início à desigual distribuição de terras, mais

¹ Graduanda em Geografia pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). E-mail: i173119@dac.unicamp.br

recentemente, no século XX, tem-se a ocupação do interior brasileiro, financiada pelo governo nacional, através de, primeiro, expedições ou novas bandeiras, como a “Roncador-Xingu” e, depois, programas de incentivo à ocupação, entre eles o “Programa de Cooperação Nipo-Brasileira de Desenvolvimento dos Cerrados - PRODECER” (Oliveira, 1997), determinando a expansão da fronteira agrícola, acompanhada de uma urbanização infraestrutural. Nesse contexto, a população indígena foi pouco assistida, tendo sido criado o primeiro órgão indigenista, o SPI (Serviço de Proteção aos Índios), apenas em 1910, e destinadas as terras ocupadas à União, em 1934. Tem-se o favorecimento dos sujeitos econômicos presentes, principalmente os agropecuaristas, sendo que “mais de 10% da superfície total do estado de Mato Grosso foi derrubada nestes 15 anos [1975-1990] de implantação dos 358 projetos agropecuários” (Oliveira, 1997).

Os Xavante, autodenominados A’uwe uptabi (povo autêntico), junto aos Xerente do Tocantins, constituem o grupo Akwẽ, classificado linguisticamente por “Jê Centrais” (Silvestri, 2019). Em 2020, somavam 22.256 em região compreendida pela Serra do Roncador e pelos vales dos rios das Mortes, Kuluene, Couto de Magalhães, Batovi e Garças (ISA, 2024). Tem-se que “estiveram sempre mudando de território, em migrações contínuas, desde que se tem registro” (Silva, 1992), até se estabelecerem no leste do Mato Grosso, em fuga da então província de Goiás, onde eram constantemente ameaçados por não indígenas. Ali permaneceram isolados até que, diante de insistentes tentativas de contato, uma delas foi bem sucedida, momento nomeado pela mídia de “pacificação”. Após estabelecido o contato, deu-se a interiorização brasileira financiada pelo Governo Vargas (1941) e pela Ditadura Militar (1964-1985), nos já exemplificados moldes da financeirização da terra, na qual os “fundos territoriais” (Moraes, 2003, 2007) deveriam, enfim, ser desbravados e colonizados (Almeida, Schneider, 2019). A expansão da fronteira agrícola deu-se de tal modo que a terra ocupada hoje “se encontra cercada por uma territorialidade hegemônica e estranha à sua lógica [Xavante], a territorialidade da produção capitalista de mercadorias, que no campo mato-grossense se expressa através do agronegócio.” (Ribeiro, 2023).

Dado a iminente conflitualidade intensificada no decorrer do século XX e, apesar da vivência seminômade do grupo, viu-se como necessária a demarcação de reservas para reprodução mínima de um modo de vida singular, caracterizado pela interdependência com a natureza. Foram instituídas 9 terras indígenas Xavante, sob jurisdição da Fundação Nacional dos Povos Indígenas (FUNAI), demarcadas, porém, em forma de ilhas, com conservação de apenas “fragmentos de seu território” (Gomide,

2011). A Terra Indígena Pimentel Barbosa foi a primeira a ser reconhecida, com processo iniciado em 1970 e homologação (última etapa legal da demarcação de terras) em 1986. A reserva compreende 329 mil hectares (ISA, 2024), conquistados após 5 decretos de correção da área (Azanha, 2013), onde equívocos “deixaram algum prejuízo socioambiental e territorial para os grupos Xavante presentes.” (Silvestri, 2019). Dado o contexto histórico de disputa por terras e a conseqüente proximidade de latifúndios agropecuários aos limites da TI, onde o marco físico sofre “frequentes assédios aos seus limites e recursos.” (Oliveira, 2017), busca-se neste estudo a atualização da questão territorial Xavante, sendo a cartografia utilizada como importante suporte instrumental.

A Cartografia integra o acervo de pesquisas sobre o povo Xavante a partir de trabalhos acadêmicos variados contendo mapas temáticos, entre os mais recentes e, dedicados à abordagem territorial, os de Gomide (2011), Silvestri (2019) e Ribeiro (2023). Estes contemplam mapeamento de assuntos variados, a depender do que se pretende evidenciar/analisar. Como exemplo, tem-se os mapas históricos, recuperados de estudos primários do século XX, em sua maioria com grafia a mão; étnicos, de distribuição espacial das etnias de maior proximidade ao território ocupado pelos Xavante em dado momento; de deslocamentos territoriais, ilustrando o processo temporal de configuração das TIs hoje demarcadas; de identificação das TIs Xavante em sua totalidade, diferenciando etapas do reconhecimento legislativo, etc. Entre aqueles envolvendo atividades que representam ameaça a integridade do território, encontram-se mapas de localização de projetos de rodovia e ferrovia próximas às TIs; de localização de barragens hidrelétricas; de distribuição de imóveis rurais; de uso e ocupação do Mato Grosso e da TI Sangradouro/Volta Grande. O instrumento cartográfico é, conclui-se, definitivamente um recurso de análise e auxílio ao monitoramento, pelo qual informações quaisquer são passíveis de ser transpostas em imagem. Adquire função representativa, trazendo elementos do espaço, possibilitando o entendimento de especializações, e também esclarecedora, tornando clara e simples a visualização de situações que, por vezes, a palavra dificultaria. Está consolidado, com base nos trabalhos citados e naqueles preexistentes, o mapeamento no trato com a questão territorial Xavante, a partir do encontro entre a documentação étnico antropológica e a descrição espacial geográfica. O trabalho em questão, neste sentido, busca não só complementar o denso material cartográfico já produzido, mas atualizar as questões territoriais referentes à terra que envolvem hoje a TI Pimentel Barbosa. Intenciona-se, conjuntamente, questionar o quanto do material já produzido retorna a etnia estudada e, em caso afirmativo, em que grau de conhecimento e instrumentalização encontra-se o

grupo com acesso, tendo em vista sua aplicabilidade. Nesse sentido, também é válida a pretensão por ampliar o entendimento da linguagem cartográfica pelos Xavante, tendo em vista a possibilidade de trabalho de campo e o possível afastamento do conteúdo acadêmico produzido dos povos que dele deveriam se beneficiar. O trabalho com mapeamento integra um projeto de pesquisa maior, que além das intenções apontadas, busca congrega informações espaciais atualizadas obtidas de dados primários, imagens de satélite de Sensoriamento Remoto e dados secundários tratados para o recorte espacial, objetivando, como mencionado, agregar análises espaciais e gerar novos produtos de auxílio ao monitoramento. A cartografia, então, como uma linguagem geográfica, ao trabalhar com a imagem, mais uma vez, tornará simples o conhecimento sobre a espacialização do território e a visualização de processos.

METODOLOGIA

Inicialmente, foi realizado um exaustivo levantamento bibliográfico voltado ao conhecimento dos processos sociohistóricos do centro-oeste brasileiro, atrelados à ocupação de territórios pelo povo Xavante. O estudo, de caráter interdisciplinar, compreendeu pesquisadores da grande área da Geografia e, depois, da Antropologia, orientado por (Silva, 1992) em “Dois séculos e meio de história Xavante”. Em um segundo momento, priorizou-se a seleção de trabalhos com o uso de elementos cartográficos variados, sendo a categoria território eixo temático destes, intencionando a obtenção de conhecimento sobre como se deu a cobertura por mapas ao longo do período de parcerias acadêmicas envolvendo discussões territoriais com os Xavante. Voltou-se, por fim, a produção dos primeiros mapeamentos de atualização. Para isso, foram recuperados dados espaciais secundários, disponíveis em plataformas de disponibilização *online* do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), FUNAI (Fundação Nacional dos Povos Indígenas) e Intermap (Instituto de Terras de Mato Grosso), assim como imagens de satélite “*PLANET Basemaps*” já pré-processadas. Os mapas iniciais, contendo tais elementos, foram concebidos no *software* livre de Sistema de Informações Geográficas (SIG) “*Quantum GIS (versão 2.28)*”, priorizando-se por conteúdo o de identificação, tendo em vista o caráter inicial da pesquisa e o trabalho de campo ainda a ser realizado.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Aponta-se em (Moreno, 1999), a legitimação governamental de posse das terras por “latifundiários, capitalistas individuais ou por grupos econômicos e empresas

agropecuárias e de colonização”, acentuando não só a concentração fundiária herdada historicamente, mas a invasão das terras ocupadas pelos indígenas, como confirma Moreno (1999) sobre a localização das terras “situadas inclusive em territórios indígenas”. A herança histórica tem respaldo governamental e possibilita que hoje tais projetos sejam bem sucedidos e consigam, inclusive, perpetuação, a exemplo do lançamento pelo Instituto Mato-grossense de Economia Agropecuária (Imea) do “Outlook 2022, que projetava o aumento da área plantada de soja em Mato Grosso de 7,89 para 11,9 milhões de hectares em 10 anos” (Ribeiro, 2023, p.169). Constituindo áreas fechadas, definidas por um traçado limite, as terras indígenas Xavante são essenciais para a sobrevivência desse povo, ainda que a configuração seja contrária à sua concepção territorial, de caráter “fluido, contínuo, um espaço aberto, considerando a amplidão do território e a mobilidade como atributo da territorialidade Xavante” (Gomide, 2011). Destarte, são vistas “como um entrave à inserção de novas áreas, à criação de mercados e, conseqüentemente, um impeditivo à reprodução do capital.” (Oliveira, 2017). Em meio ao anseio do capital pela expansão, materializada historicamente na incorporação regional de terras e promovida por atores do agronegócio, (Silvestri, 2019) fala em implicações socioespaciais às TIs, entre elas

1) a significativa redução dos “limites” territoriais com o processo de demarcação das terras indígenas; 2); a morosidade nos processos de identificação, reconhecimento, demarcação e regularização das terras indígenas (instrumento legal do Estado brasileiro no reconhecimento de parte dos territórios indígenas); 3) a demarcação de terras em ilhas (fragmentação do território ancestral-histórico); 4) as ameaças e pressões à integridade territorial por empreendimentos de infraestrutura desenvolvimentistas; e 5) as ameaças e pressões de uso e manejo da terra e da água por não indígenas vinculados ao agronegócio.

Algumas motivações definem a inclinação da discussão proposta ao tema do item 5, mais especificamente, “pressões de uso e manejo da terra”. Estão desconsiderados os itens 1 e 2, diante da finalização em 1986 da demarcação da Terra Indígena Pimentel Barbosa, sem menção na literatura da solicitação por revisão de limites, ou queixa semelhante. Quanto ao item 3, optou-se pelo trabalho com uma escala maior, a área da Terra Indígena Pimentel Barbosa, em contraste com a definida por Silvestri, correspondente a todas as terras indígenas Xavante, que incorpora, outrossim, as conseqüências da fragmentação. Do mesmo modo, definida a grande escala e tendo em conta o item 4, considera-se como atividades impactantes locais aquelas estabelecidas dentro de um entorno com média de distanciamento de 20km a partir da linha limite de demarcação, podendo variar para mais ou para menos, tendo em vista a irregularidade da marcação poligonal que se comporta como um losango rotacionado

cerca de 90° a leste (exposto adiante nos mapas 1 e 2). Por fim, no tocante à pressão de uso e manejo da água, não se adentrou na metodologia e no levantamento de dados necessários para tratamento cartográfico, sendo este um campo aberto ainda a ser explorado. Ademais, a partir da literatura exposta, a pressão agropecuária é reconhecida como ameaça constante às terras Xavante, possibilitada historicamente, a citar o momento denominado por Santos (1992), como “Os Xavante diante da expansão da fronteira agrícola e da questão fundiária no Mato Grosso dos anos 70 e 80”.

Isto posto, com base na pesquisa participante, que aceita

identificar-se com a comunidade na prática, trazendo como colaboração eminente a construção cuidadosa, inteligente, arguta, efetiva da contra-ideologia: ciência a serviço da emancipação social. (Demo, 1995),

foram produzidos dois mapas para uso em trabalho de campo na aldeia Pimentel Barbosa, considerada um dos primeiros aldeamentos da TI Pimentel Barbosa. O Mapa 1 contém as características políticas básicas da TI: limite territorial, elementos dispostos internamente (localização das aldeias e rede hidrográfica) e externamente (principais sistemas viários) e o limite municipal dos municípios mato-grossenses por onde está distribuída, em termos de área, a maior parte da TI. Com finalidade dialógica, o mapa é digno de questionamento ao ser exposto aos Xavante. Não só propõe a rápida identificação do grupo com o território por meio principalmente da disposição dos aldeamentos, mas possibilitará alterações posteriores, entre elas a introdução de elementos, como novas aldeias, ou a retirada de outros, como cursos da rede hidrográfica, mantendo, por exemplo, os rios tidos como referência cotidiana. As possibilidades são muitas, todas centralizadas na elaboração da espacialização mais atual possível da TI Pimentel Barbosa, junto a promoção do entendimento da linguagem cartográfica e, por fim, da distribuição territorial da TI pelo grupo Xavante envolvido em funções de monitoramento.

Figura 1: Terra Indígena Pimentel Barbosa/MT: características políticas básicas. Elaboração própria.

Terra Indígena Pimentel Barbosa

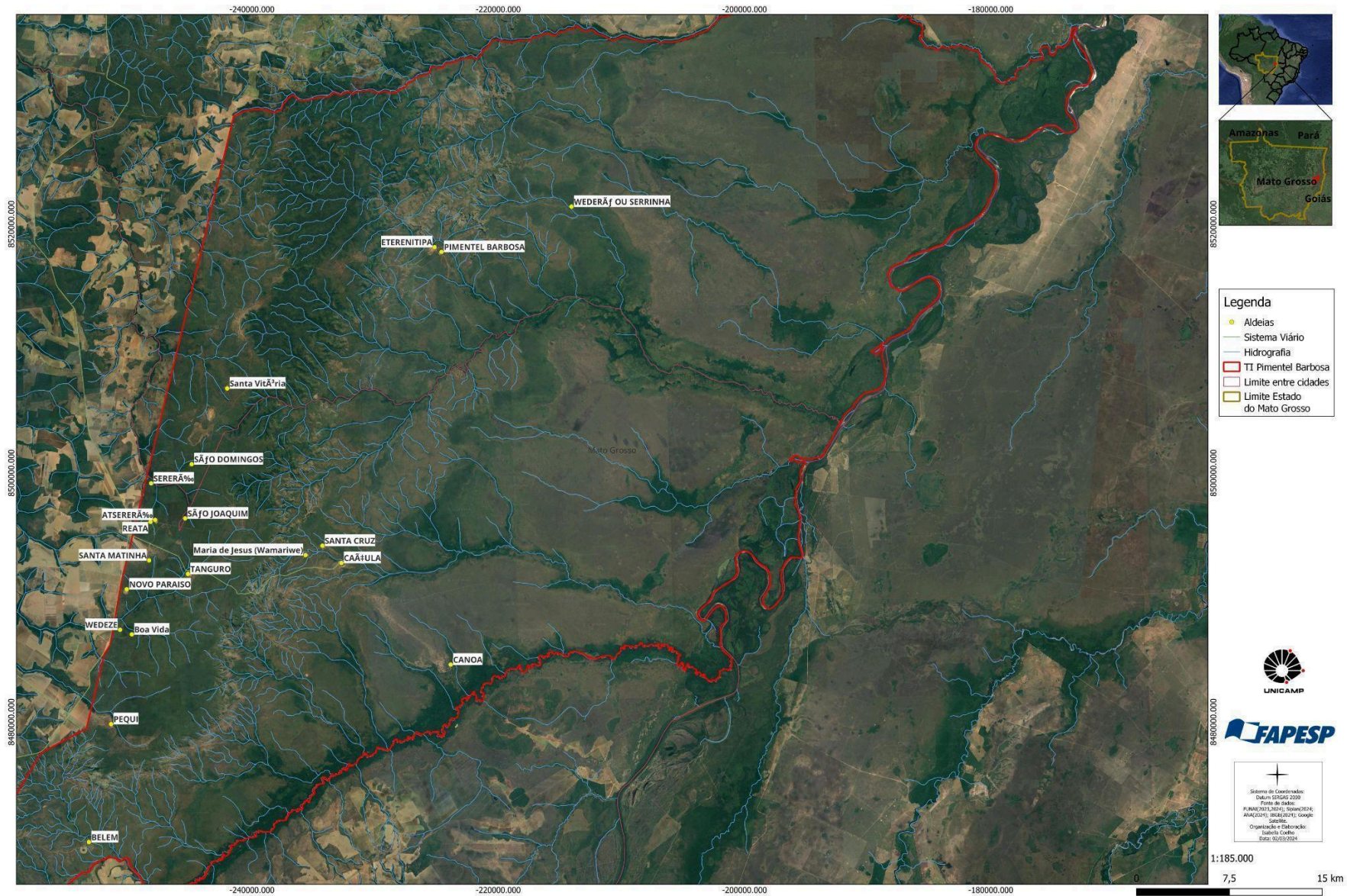
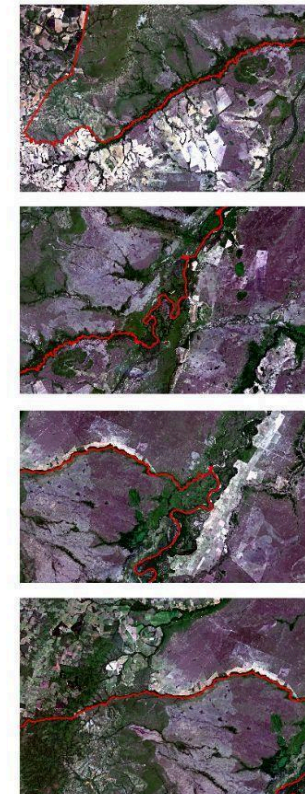
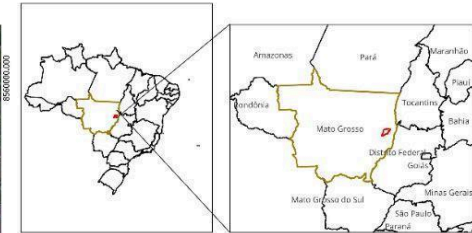
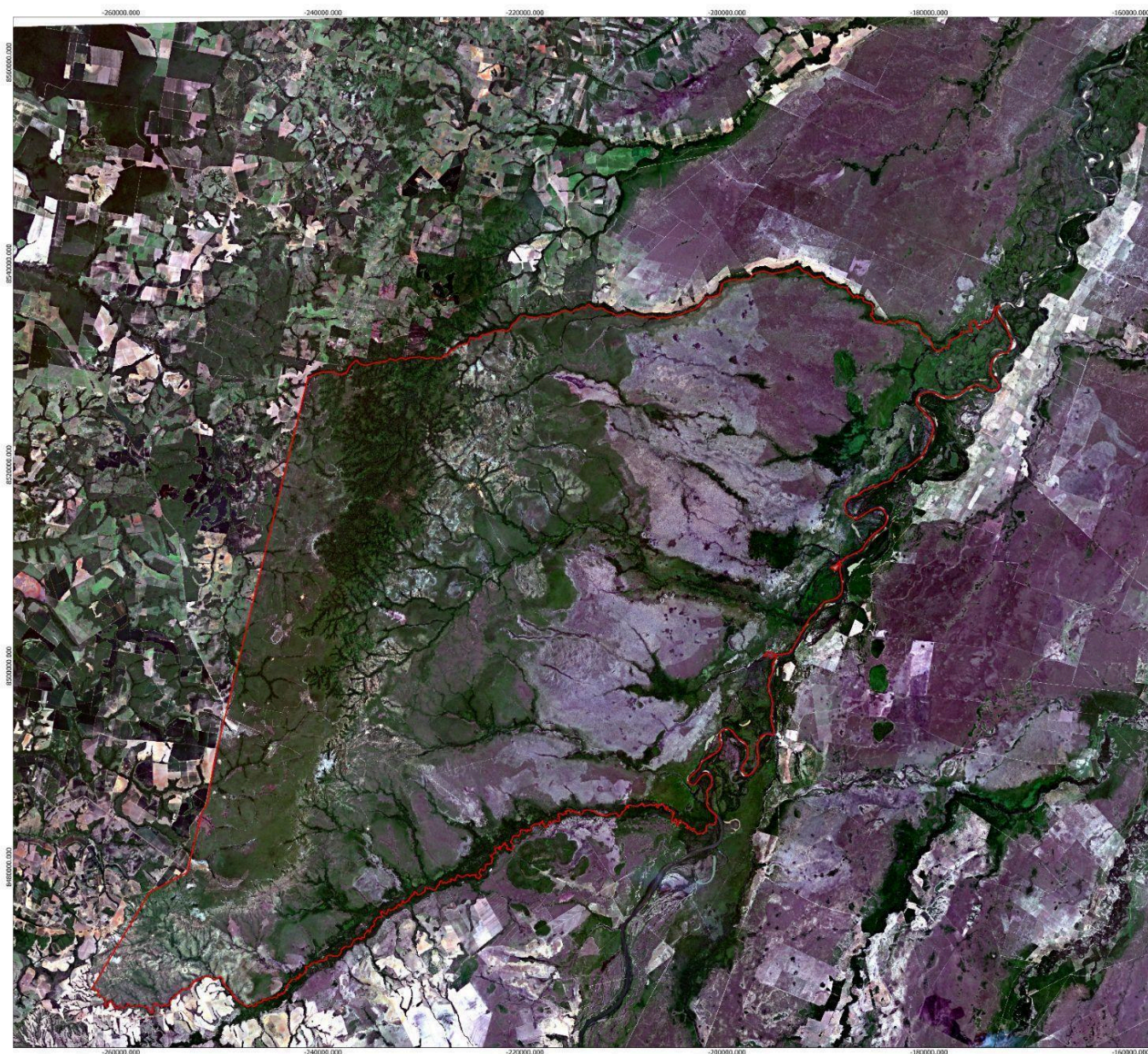


Figura 2: Mosaico de imagens de satélite PLANET (2023) compreendendo a área da TI Pimentel Barbosa e entorno.

Limite Terra Indígena Pimentel Barbosa



- Legenda**
- Limite Terra Indígena Pimentel Barbosa
 - Unidade Federativa Mato Grosso
 - Limite territorial Brasil
- Imagem de Satélite Planet 2023
- Banda 1 (Gray)
 - Banda 2
 - Banda 3

Sistema de Coordenadas:
 Datum SIRGAS 2000
 Forno de Datum:
 FUNAI(2021); IBGE(2021);
 Fundação Nacional de Amparo à
 Pesquisa de São Paulo (FAPESP);
 Universidade Estadual de
 Campinas (UNICAMP);
 elaboração própria.



Tendo como elemento principal um mosaico de imagens PLANET do ano 2023, o Mapa 2, contemplando a área da TI Pimentel Barbosa e seu entorno, será funcional na interpretação do uso e cobertura da terra a partir de contrastes perceptíveis na imagem de cores verdadeiras. Nota-se a existência de imóveis rurais de grande extensão, latifúndios, próximo aos quatro lados do polígono limite da TI (norte, sul, leste e oeste), mas principalmente no lado oeste. São identificados pela aparência geométrica, com formatos próximos de polígonos quadrados e retangulares, apresentando lados e vértices. Estes diferem-se da expressão contínua dos elementos naturais, com formatos circulares, curvos, arredondados, ditos orgânicos, contrários ao artificialismo geométrico característico da interferência humana. Como exemplo, digam-se as matas ciliares, dispostas às margens dos rios, como a localizada no interior da TI, em rio disposto no centro-norte indo de oeste a leste em direção ao Rio das Mortes, delimitador do limite territorial leste. Igualmente, outro exemplo constitui a vegetação mais densa localizada a noroeste da TI. A coloração é outra variável que permite fácil distinção. Os latifúndios destacam-se por cores mais claras, devido à maior exposição do solo, decorrente da perda da cobertura vegetal pelo desmatamento, para introdução de cultivo e/ou gado. Áreas vegetadas, pelo contrário, possuem cores mais escuras, esverdeadas. O mapa, valendo-se também do Sensoriamento Remoto, cumpre sua função ao identificar a intensa presença agropecuária documentada. Os recortes dispostos a direita, acima da legenda, aproximam o olhar por meio do aumento da escala de análise, tornando óbvia a presença das grandes fazendas.

A proposta de elaboração do Mapa 2 permite a representação de relatos históricos contidos na literatura. Sua interpretação, aqui brevemente exposta, será igualmente discutida em campo. Seu uso como instrumento auxiliar no monitoramento, diz respeito, primeiramente, à delimitação de processos, neste caso, o de possível expansão do agronegócio. Faz-se necessária, e esta constitui a próxima etapa cartográfica, sua complementação com imagens de datas anteriores, para organização de um mapeamento em série histórica. Será submetido a comparação, e, enfim, terá utilidade na comprovação da continuidade do processo de expansão do agronegócio, nos moldes dos anos 70/80, como indicam apontamentos como “Canarana que apresentava o segundo efetivo de bovinos da região em 1996, agora assume a primeira posição” e “Canarana aparece em 2º lugar [na produção de soja], pois sua produção cresceu de 105.000 para 226.193 toneladas.”(Jardim,2008).

A agropecuária é essencialmente uma atividade que pressiona os limites da TI. Tal fato não exclui a posterior definição de atividades de ameaça secundárias. No entanto, definido o ator principal, dá-se a necessidade de coleta de dados primários para aprofundamento na então definida questão territorial atual. Planeja-se, para isto, um trabalho de campo, onde também projeta-se realizar discussões cartográficas, tendo em vista a promoção da familiarização do grupo, assim como o contato com o mapeamento produzido anteriormente. Quanto aos mapas decorrentes desta pesquisa, em vias de elaboração, fundamentar-se-ão na Cartografia Social, entendida como

apropriação de técnicas e modos de representação cartográficos modernos por grupos sociais historicamente excluídos dos processos de tomada de decisão. A legitimidade conferida ao processo de informação cartográfica e sua divulgação entre os diferentes atores sociais se constitui como um elemento importante para a ação política das comunidades, pois contribui de diversas maneiras:[...] contribui para os processos de reivindicação, de defesa e de proteção dos territórios e de seus recursos. (Acserald; Viégas; 2013).

Complementarmente, em (Santos, 2011) confirma-se que a Cartografia Participativa visa,

revelar problemas, mostrando as conexões e responsabilidades, a fim de denunciá-los através de representações gráficas que melhoram a organização das práticas de transformação.

Assim, adquirindo papel social e político, a Cartografia faz-se instrumento auxiliar as questões territoriais da TI Pimentel Barbosa. Com base na recuperação de bibliografia e apresentação de mapeamento inicial, entende-se a permanência da luta territorial do povo Xavante. A questão territorial então definida anseia aprofundamento, próximo momento de desenvolvimento da pesquisa a qual o trabalho vincula-se.

REFERÊNCIAS

Acserald, H.; Viégas, R. N. (2013) **Cartografias Sociais e Território – um diálogo latino americano**. In Acserald, H. (Org). Cartografia Social, terra e território. Rio de Janeiro: UFRJ, Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional. 15- 40.

Almeida, T. F. Schneider, A. L. **A Expedição Roncador-Xingu: (novos e velhos) bandeirantes na conquista da Fronteira Oeste**. 2019. Revista de Ciências Sociais. Fortaleza, v. 49, n. 3, nov. 2018/fev. 2019, p. 243–287. Disponível em: https://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/38564/1/2019_art_alschneidertfalmeida.pdf

Azanha, G. **Estudos Etnológicos dos Impactos nas TIs Parabubu-Culuene, Areões, Pimentel Barbosa e Marechal Rondon**. 2013.

Demo, P. **Metodologia Científica em Ciências Sociais**. 1995. Disponível em: https://ufrb.edu.br/educacaodocampocfp/images/DEMO_Pedro._Metodologia_cient%C3%A9fica_em_Si%C3%A2ncias_Sociais.pdf. Acesso em: 14 fev. 2023.

Gomide, M. L.C.. **Território no mundo A'uwe Xavante**. 25 março de 2011, consultado em: 08 de dezembro de 2022. Disponível em: <http://journals.openedition.org/confins/6888>

Instituto Socioambiental (ISA). **Terra Indígena Pimentel Barbosa**. São Paulo: Instituto Socioambiental. Disponível em: <https://www.terrasindigenas.org.br> Acesso em: 15 de novembro de 2022.

Instituto Socioambiental (ISA). **Xavante**. São Paulo: Instituto Socioambiental. Disponível em: <https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Xavante> Acesso em: 15 de novembro de 2022.

Moreno, G. **O Processo Histórico de Acesso à Terra em Mato Grosso**. Geosul, v. 14, n. 27, p. 73, 1999.

Moraes, A. C. R. **O Sertão: um outro geográfico Terra Brasilis**. V. 4-5, 2003, 6p. Disponível em: terrabrasilis.revues.org.

Moraes, A. C. R. **Território, região e formação colonial. Apontamentos em torno da Geografia Histórica da Independência Brasileira**. In: Carbo, E.R.; Vargas, H. M.; Martín, P. S. (coords). La integración del territorio en una idea de Estado. Mexico y Brasil, 1821-1946 . Mexico: UNAM-Instituto de Geografía; Instituto de Investigaciones Dr. José María Luis Mora, 2007.

Oliveira, A.U. **A Fronteira Amazônica Mato-Grossense: Grilagem, Corrupção e Violência**. Tese de Livre docência, FFLCH-USP, 1997.

Ribeiro, M.T. **Para além do território: A categoria Ró do povo A'uwẽ Xavante no centro da disputa territorial na Terra Indígena Sangradouro/Volta Grande**. 2023.

Santos, M. **Por uma geografia nova: da crítica da geografia a uma geografia crítica**. São Paulo: Hucitec, 1986.

Santos, R. E. **Ativismos Cartográficos: notas sobre formas e usos da representação espacial e jogos de poder**. Revista Geográfica de América Central, v. 2, n. 47E, 2011.

Silva, A. L. **Dois séculos e meio de história Xavante**. In: Cunha, Manuela Carneiro da (Org.). História dos índios no Brasil. São Paulo : Companhia das Letras/ SMC, 1992. p. 357-78.

Silva, L.L. **O papel do Estado no processo de ocupação das áreas de Cerrado entre as décadas de 60 e 80**. Caminhos da Geografia, p. 25-36, 1 dez. 2000.

Silvestri, M. **Conflitos territoriais e a r-existência do povo A'uwẽ-Xavante: Luta pela Terra e pelo Território no Leste Mato-Grossense**. 2019, Tese (Doutorado em Geografia), Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2019.